

NOTA: PARA QUÊ?*

Reinaldo Matias Fleuri**

INTRODUÇÃO

Desde alguns anos atrás, eu já sentia que os sistemas de avaliação geralmente adotados nas escolas não eram muito adequados para avaliar a aprendizagem dos alunos, nem para encaminhar processos educacionais alternativos.

Vi diversas tentativas de se aperfeiçoar ou inovar procedimentos de avaliação na escola caírem no vazio ou se tornarem inviáveis (1). E acabei percebendo que estas tentativas fracassaram porque eram absorvidas pela estrutura e pela ideologia burocratizante e autoritária da instituição em que eram desenvolvidas. Aplicar "remendo novo em pano velho", sem assumir um posicionamento e uma visão crítica, não dá certo!

Para encaminharmos um processo de transformação no contex-

to em que atuamos (seja escola, seja outra instituição ou grupo social), é preciso que sejamos "radicais", não sectários, como diz Paulo Freire em seu prefácio à **Pedagogia do Oprimido**. É preciso ir à raiz da questão: desmitificar as estruturas e instrumentos de repressão e investir corajosamente na articulação coerente e competente de processos de libertação. Só assim é possível esperar que se resista às reações de forças imobilistas, opressoras e alienantes e se avance na articulação de uma mudança efetiva.

Este texto — escrito sob o calor de discussões com alunos e colegas da Unimep, na madrugada de 18/09/84 — coloca de forma crítica e até irônica questões a respeito dos procedimentos de avaliação usados na escola. Aqui tentamos desvelar sua mal-disfarçada conotação arbitrária e autoritária,

* Uma reflexão mais completa sobre este tema aparece no livro de FLEURI, R. M. **Educar para quê? Contra o autoritarismo da escola**.

** Professor do Departamento de Pedagogia/UFU.

1. Os procedimentos de avaliação discente desenvolvidos no Ciclo Básico da PUCSP, por exemplo, acabaram se tornando burocratizados e coercitivos, convertendo-se em obstáculos, e não meios para se encaminhar um processo dialógico e participativo, como era a intenção inicial. Cf. FLEURI, R. M., **O Ciclo Básico da PUCSP**. São Paulo, Loyola, 1982, pp. 24-26.

levantando algumas indicações para se representar e reencaminhar radicalmente a prática educativa.

NOTA: PARA QUÊ?

Para que serve a nota na escola?

Óbvio — dirão muitos — a nota serve para indicar o quanto o aluno aprendeu! Desta forma promoverá aqueles que estiverem preparados para exercer sua profissão e reterá os que não estiverem preparados. E, na busca de de graus mais elevados e de conquistar o almejado diploma, os alunos se dedicarão ao estudo: a nota serve como estímulo para a aprendizagem!

ARBITRARIEDADE

Alguns anos atrás, a Folha de São Paulo comentou os resultados de uma pesquisa feita nos EUA (2).

Vários professores da mesma disciplina avaliaram o mesmo conjunto de provas. Mas, para as mesmas provas, professores diferentes atribuíram notas diferentes. E a diferença era tal que alguns professores reprovaram o que outros aprovaram.

A mesma pesquisa mostra que professores avaliaram um con-

junto de provas e lhes atribuíram nota. Um ano depois avaliaram as mesmas provas: o mesmo professor, no ano seguinte, dava nota diferente à mesma prova. E a diferença chegava ao ponto de um professor reprovar o que ele mesmo tinha aprovado no ano anterior. e vice-versa.

Esta pesquisa (que certamente poderíamos repetir entre nós, com um grupo de professores sérios, conscienciosos e honestos) mostra que a nota é um número atribuído arbitrariamente pelo professor. Deste modo, reflete mais a disponibilidade, o rigor, o humor ou cansaço do professor, do que o saber do aluno.

A nota não "mede" saber algum, simplesmente porque o saber não é mensurável, não é uma coisa material que tem tamanho, peso, volume ou quantidade. A nota indica, sim, o quanto o aluno repetiu o que o professor disse, se se comportou da maneira como o professor esperava ou fez o que o mestre mandou. A nota mede o grau de **submissão** do aluno ao poder autoritário que a instituição confere ao professor. E arbitrariedade — como lembrou Paulo Freire no "Ciclo de Debates sobre Educação Popular", realizado na UNIMEP em 1983 (3) — é a característica principal do autoritarismo.

2. O estudo pioneiro deste tipo foi apresentado por STARCH e ELLIOT, em 1912. Victor H. NOLL. *Introdução às Medidas Educacionais*. 2. ed. São Paulo. Pioneira, 1975.
3. Cf. FLEURI, R. M., "Universidade e Movimento Popular", in: *Educação Popular: Experiências e Reflexões*, caderno 1, 1984.

A nota, enfim, não passa de um símbolo-instrumento do autoritarismo.

A NOTA IMPEDE O SABER

Diante do poder autoritário e dos instrumentos arbitrários de controle de "aprendizagem", o aluno se vê obrigado a repetir o que o professor diz, fazer o que ele manda, se comportar do jeito que ele quer. Do contrário, corre o risco de perder um ano de esforço para subir na escala social e ver ir por água abaixo também todo o dinheiro que investiu em anuidade, livros, manutenção.

Todos sabemos que, em nossas escolas, o estudo e a "aprendizagem" são feitos sob pressão, só para se "tirar a nota".

O núcleo de interesse do estudo é desviado para a nota, que é um fator externo ao processo de conhecimento. Desta forma, este é esvaziado, tornando-se algo estéril, sem sentido, um conjunto fragmentado de idéias abstratas.

Não é à toa que, após as provas, dificilmente a gente consegue lembrar ou utilizar qualquer das idéias aprendidas antes.

SABER NOCIVO

Quando, por acaso, se aprende algo do conteúdo proposto, a prática mostra que isto é mais nocivo para a pessoa do que se não o tivesse aprendido, pois, "a teoria na prática é outra".

O saber transmitido na escola é realmente nocivo quando se trata de um conjunto de idéias abstratas, desvinculadas do contexto real vivido, pois isto distancia a pessoa de sua realidade e a torna incapaz de agir de maneira coerente e transformadora.

Quando profissionais em exercício, os formados geralmente têm que reaprender toda a teoria decorada na escola, a partir da prática que começam a desenvolver, pois, muitas vezes, os esquemas formais abstratos aprendidos na escola criam enormes dificuldades para se captar e compreender fatos em sua concretude dinâmica e contraditória. Por cima, a linguagem complicada, o saber fragmentado, e o complexo de superioridade do profissional escolarizado criam dificuldades de comunicação entre os companheiros envolvidos na mesma prática.

Seria melhor, então, não se ter passado por este "processo de aprendizagem abstrata, fragmentada e alienada"?

Depende! Melhor para quem?

É claro que tal tipo de aprendizagem contraria os interesses do trabalhador que quer se realizar e se formar como pessoa e profissional capaz de atuar coerentemente na construção de uma sociedade mais humana. Mas, de forma alguma contraria os interesses dos grupos detentores do poder econômico (capitalista) e político (autoritário), que precisam de funcionários submissos, com um saber

especializado e fragmentado, para que produzam sob o regime de exploração que garante o lucro e acúmulo avaro de capital nas mãos de ociosos, à custa de crescente miséria e mediocridade dos que trabalham.

E a nota? Que tem a ver com isso?

Ela representa a ponta do iceberg, um símbolo que indica e sintetiza todo o autoritarismo, a arbitrariedade e alienação de um sistema social de opressão e exploração que faz da escola um meio de sua auto-reprodução (4).

Dar à nota aquele tom de "seriedade", como se ela demonstrasse o quanto o aluno aprendeu, seria falsidade. Atribuir "competência" ao professor que é rigoroso na nota, seria uma intolerável concessão ao autoritarismo. Achar que a nota é um estímulo para a aprendizagem, ou é ingenuidade, ou é mal-disfarçada defesa ideológica de um postura autoritária. Dizer que os alunos são "vagabundos" e precisam de uma cobrança e controle por parte do professor é querer esconder a incompetência humana e científica para se enfrentar

um diálogo franco sobre a realidade que vivemos.

Sejamos claros: a nota (junto com todos os sistemas de controle, de presença, de participação, de provas, exames, recuperação, dependência e, sobretudo, de pagamento) não tem outros objetivos práticos senão:

(1) conferir um instrumento arbitrário para que o professor (representando a escola, o estado, a classe dominante) exerça autoritariamente sua função precípua de treinar seus alunos na arte de se submeter ao chefe, ignorar e pisar nos companheiros;

(2) impedir que os alunos desenvolvam qualquer tipo de aprendizagem significativa, crítica e engajada;

(3) forçar a aprendizagem de um conjunto de abstrações desvinculadas entre si e alienadas do contexto social, histórico, econômico e político em que vivemos.

FORMAS DE RESISTÊNCIA

Na situação de opressão, os oprimidos desenvolvem, entretan-

4. Há estudos muito sérios que mostram este fato. A título de indicação, citamos alguns: APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*, São Paulo, Brasiliense, 1982; FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1977; RIBEIRO, Darcy *A Universidade Necessária*, 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Cortez, 1980; GIROUX, Henry. *Pedagogia Radical*. São Paulo, Cortez, 1984; BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982; DURAND, João Carlos Garcia, org., *Educação e Hegemonia de Classe*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979; CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira e UFC, 1980; WERNECK, Vera Rudge. *A Ideologia na Educação*, 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

to, inúmeras formas de resistência. Na escola opressora, os alunos também desenvolvem muitas formas de resistência. Quem não ironiza, em segurança, atitudes arbitrárias e autoritárias de certos professores? Quem não tenta "amaciar" os professores inflexíveis? Quem não tentou criar formas geniais de "cola", de cabular aulas, alterar trabalhos escritos, etc., ao menos nas situações em que a cobrança e a repressão são mais claramente absurdas e irracionais?

Estas formas de resistência à opressão escolar são encaradas pelas "autoridades" como desonestidade. Mas será isto mais desonesto que a determinação apriorística de um currículo composto de disciplinas desconexas, com conteúdos abstratos pré-definidos, com objetivos, estratégias, sistemas de avaliação que fazem do aluno um objeto, um brinquedo sem nome, um número sem personalidade, que deve pagar uma fortuna para cumprir obrigações sem sentido, na ilusão de obter um certificado de desemprego diplomado?

Não seria mais honesto desmascarar todo este sistema sócio-político-escolar que faz de todos nós (alunos, funcionários, professores, diretores) meras engrenagens de uma máquina repressora, lubrificada pela "honestidade" e "responsabilidade funcional"?

Não seria mais corajosamente humano nos encararmos como pessoas, como companheiros que buscam compreender e transfor-

mar a escola e a sociedade em que estamos, para torná-la humana, racional, formativa, um centro elaborador de conhecimento científico?

Não seria mais construtivo tentar abandonar as máscaras que nos dão uma falsa segurança, para enfrentar e compreender as contradições de nossa ação e de nosso contexto?

A opressão é como um cão bravo: quanto mais medo dele temos, mais nos ameaça; quanto mais dele corremos, mais fácil nos pega e nos estraçalha!

EDUCAÇÃO E SABER

"Bonito! Isto não passa de frases de efeito! O que vamos fazer? Eliminar a nota, os sistemas de controle e cada um faz o que quiser: viva a anarquia!"

Não nego que a anarquia, em certo sentido, seja melhor do que a ordem que garante o progresso dos opressores e exploradores à custa da miséria e morte em vida da maioria!

Mas não creio também que o caos gerado pelo liberalismo (em que cada um faz individualmente o que bem entender) conduza a alguma mudança significativa.

Também não creio que reformas e meros remendos no sistema existente, (na esperança de tornar um pouco menos injustos, menos alienantes e menos desumanos os processos de educação) tragam

mudanças significativas. Na melhor das hipóteses dariam um colorido mais suave, um sabor mais doce e um cheiro mais agradável à **mercadoria** que somos obrigados a engolir diariamente!

Se quisermos desencadear algum processo de mudança é preciso que sejamos radicais (não sectários), isto é, ir à raiz da questão.

SABER COMPETENTE

A raiz da questão, na escola, é a educação. Uma escola séria é a que promove processos educativos em que se desenvolve um saber crítico e competente.

Trata-se de desencadear **processos educativos**. Mas, ditar algumas abstrações para depois cobrá-las mediante provas e poder carimbar uma nota qualquer na caderneta jamais será admitido como "educação" por qualquer educador que tenha um mínimo de seriedade profissional.

Processos educativos são aqueles que nos possibilitam incorporar a produção cultural que humanidade e o nosso povo desenvolveu na ação histórica de transformação do mundo em que vivemos.

E é na medida em que aprendemos e compreendemos criticamente o saber produzido até hoje, que podemos competentemente contri-

buir para o desenvolvimento das ciências e das técnicas, das estratégias e das táticas para transformar a natureza e a sociedade em que vivemos.

O saber crítico e competente não significa, portanto, uma posse especializada, sectária e fragmentada de alguns conceitos "científicos". O saber pressupõe a capacidade de compreender as questões mais fundamentais que se colocam no contexto em que vivemos, assim como a capacidade de perceber as relações entre as várias dimensões de realidade e das perspectivas científicas.

TEORIA E PRÁTICA

Esse tipo de saber (o único que pode ser chamado propriamente de saber: o resto não passa de decoreba!) se caracteriza como teoria articulada com a prática.

O saber autêntico se desenvolve na medida que tentamos compreender a nossa prática, encarar (conhecer e enfrentar) os problemas que emergem em nossa vivência. Ao compreendê-los, começamos a ver (=teoria) as possibilidades de superá-los, a descobrir como agir para encaminhar sua solução (5). E, na medida que agimos, vamos verificando a verdade da teoria. Em outras palavras, a prática é fonte, fim e critério da verdade e da teoria (6).

5. Cf. LEFÉBVRE, H. *Lógica formal / Lógica dialética*. Rio de Janeiro, Cvilização Brasileira 1975, especialmente páginas 228 — 232.

6. Cf. VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

De fato, o que estamos acostumados a "transmitir" na escola não são propriamente "teorias", porque, geralmente, não passam de abstrações desvinculadas da práxis produtiva (ação transformadora da natureza) ou social (ação transformadora da sociedade).

O desafio, portanto, que se nos coloca na escola hoje é o de desenvolver um saber em que teoria e prática se articulem organicamente.

DIALÓGO

O processo educativo, em que se articulem teoria e prática, dificilmente se desencadeia a partir do monólogo do professor ou da reflexão individual. Ele emerge quando pessoas tentam juntas compreender e enfrentar os problemas da própria realidade. Aí surge o diálogo crítico e o compromisso de enfrentar juntos os problemas comuns. A obra de Paulo Freire está aí para mostrar isso! (7) É a partir daí que o grupo desenvolve uma **teoria** (visão da realidade) articulada com a **prática** (vivência). Neste processo adquire pleno sentido o estudo crítico de outras teorias que ajudem a compreender os problemas da própria realidade.

Trata-se, enfim, de se desenvolver um processo educativo em que o conhecimento não seja mero encadeamento formal de conceitos, mas a compreensão dos

problemas da realidade vivida que emerge no diálogo crítico entre pessoas que se comprometem com o próprio processo histórico.

AValiação e Controle

Bom, e daí? Que fazemos com a nota e com os sistemas de controle na escola?

Em primeiro lugar, é preciso encarar e assumir a nota e outros artifícios burocráticos tais como são! É preciso reconhecer corajosamente que não passam de instrumentos arbitrários de controle numa estrutura burocrática, autoritária e alienante. Querer dar-lhes qualquer funcionalidade, racionalidade, operacionalidade é mistificação que serve à opressão.

Se o Estado (que está nas mãos dos grupos capitalistas, opressores e exploradores) impõe ao aparelho escolar estas formas de reprodução do autoritarismo (e no momento histórico que vivemos, não há como modificá-los de imediato, porque o movimento popular ainda não tem força política para fazer as classes dominantes abrirem mão de questões-chaves, como o monopólio do saber e a centralização do poder, que simbolicamente aparecem na transmissão autoritária do saber através do aparelho escolar), façamos como todo mundo faz: cumprir formalmente os regulamentos. Mas nada mais que formalmente: com per-

7. Cf. FLEURI, R.M. **Consciência crítica e universidade**. PUCSP, São Paulo, 1978 (tese de mestrado).

feição (para driblar a repressão através da burocracia) e ironia (para manter a criticidade). Pois — como dissemos — querer encontrar qualquer racionalidade nestes procedimentos arbitrários seria legitimar a opressão.

Em segundo lugar, buscar todas as formas para desencadear processos que articulem as pessoas na discussão e enfrentamento dos problemas da realidade sócio-político-cultural em que vivemos.

Estes processos ensejarão o desenvolvimento de um saber crítico, pelo qual aprenderemos a relacionar dialeticamente teoria e prática. Aprenderemos, sobretudo, a desenvolver formas de relacionamento dialógico, em que os conflitos são enfrentados e não abafados autoritariamente ou liberalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje a falência e a irracionalidade do sistema escolar estão se manifestando devido à crise econômico-política, que vem retirando recursos da educação, inutilizando os diplomas pelo desemprego, tornando cada vez mais insustentável o custo da escolarização para a maioria, sobretudo para a classe média, (o que abala a sua peculiar ilusão de subir na vida mediante a escola).

Não se trata de um caos, como poderia parecer aos ingênuos individualistas, que temem não

poder "continuar" garantindo seu emprego, seu diploma e seu "status".

Trata-se de um momento de crise, isto é, de mudanças, que abre perspectivas e esperanças de avançar na construção de novas estruturas mais justas, mais humanas, mais eficazes.

Querer manter a falsa segurança, mediante a manutenção de estruturas decadentes e falidas é suicídio.

Seria também ingênuo pretender que nossas escolas (sobretudo as de caráter particular e empresarial) sobrevivam, por um lado, à custa de redução irracional de custos (aumentando o número de alunos por turma, fechando cursos e evitando investir na qualificação e formação de recursos humanos, fechando os projetos inovadores no campo da pesquisa, ensino e extensão...) e, por outro lado, através da modernização dos sistemas de controle e repressão, na falsa esperança de garantir o patrimônio e preservar a clientela.

Na realidade, a escola, de modo especial uma universidade particular, só manterá sua clientela e sobreviverá à crise se conseguir oferecer oportunidades de educação e formação de profissionais competentes, críticos e criativos.

E a competência, criticidade e criatividade não se desenvolvem

através de sistemas que induzem compulsoriamente à memorização de conceitos abstratos, mas de processos educativos que desafiam as pessoas a compreender criticamente e enfrentar organicamente os problemas da realidade que vivemos.

Deste modo, investir na criação destes processos educativos aparece, hoje, como a saída mais consequente para a crise que hoje enfrentamos.